

POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA INCLUIR EM MATO GROSSO DO SUL
Cleudimara Sanches Sartori **Silva** – UCDB

Introdução

Este texto tem o propósito de apresentar os resultados preliminares da pesquisa, em desenvolvimento, sobre o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR, como política de acesso e permanência dos alunos com deficiência, nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul, no período de 2005 (implantação do Programa) a 2010 (último ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva).

Como procedimento metodológico, realizou-se uma pesquisa exploratória e análise preliminar de dados, como alguns documentos legais e dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP). A pesquisa documental compreenderá também a análise de legislações, editais, documentos do Programa INCLUIR e dos Projetos enviados pelas universidades e aprovados pela Comissão julgadora do Programa em cada IES pesquisada.

Programa de acessibilidade na educação superior, no governo Lula

O Programa INCLUIR, criado em 2005, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Superior (SESu), na gestão do governo Lula, encontra-se em desenvolvimento, propondo ações que garantam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em instituições públicas de educação superior.

De acordo com o portal do MEC¹, o Programa INCLUIR, desde 2005, lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IES. São recebidas propostas de universidades públicas, mas somente as que atendem as exigências do Programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC. Segundo Souza (2010), a análise desses editais possibilita conhecer os objetivos do Programa e perceber suas modificações ao longo do tempo.

¹ http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). No início do século XX, fundou-se o Instituto Pestalozzi (1926), especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 fundou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); em 1945 criou-se o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, inciso III, estabelece que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deverá ser preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB nº 9.394/96, em seus artigos 58, 59 e 60, preconiza o fortalecimento desse atendimento, reforçando que as políticas públicas recentes do setor podem nortear o atendimento às pessoas com necessidades especiais nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial.

De acordo com o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005) a educação especial é:

[...] definida a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular educação especial de escola especial. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. (BRASIL, 2005, p. 19).

O Programa INCLUIR desde seu surgimento, em 2005, contemplou várias instituições públicas; em Mato Grosso do Sul as IES assim selecionadas:

Quadro 1 – Universidades contempladas com o Programa em Mato Grosso do Sul

UNIVERSIDADES	2005	2006	2007	2008	2009	2010
UFMS	Não selecionada	Selecionada	Não selecionada	Não selecionada	Selecionada	Selecionada
UFGD	Não selecionada	Não selecionada	Selecionada	Não selecionada	Selecionada	Não selecionada
UEMS	Não selecionada	Não selecionada	Não selecionada	Não selecionada	Selecionada	Não selecionada

Fonte: Resultados do Programa INCLUIR/MEC (2005 - 2010)

Verifica-se que as IES selecionadas não foram contempladas em todos os anos, indicando que os projetos enviados não atenderam as exigências dos editais do Programa.

Dados Preliminares da Pesquisa

Dados apresentados pelo INEP/MEC revelam que o Brasil, em sete anos (2002 a 2009), aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões o número de estudantes. Quase um milhão de alunos são formados a cada ano. Em 2002, os concluintes eram apenas 467 mil (BRASIL/MEC, 2011). Na graduação presencial das instituições públicas, 36.294 ingressos ocorreram por meio de reserva de vagas, principalmente para alunos oriundos de escolas públicas. Além disso, em 2009 foram contadas 20.019 matrículas de estudantes com algum tipo de deficiência (30% com baixa visão, 22% com deficiência auditiva e 21 %, física), conforme mostra o gráfico abaixo:

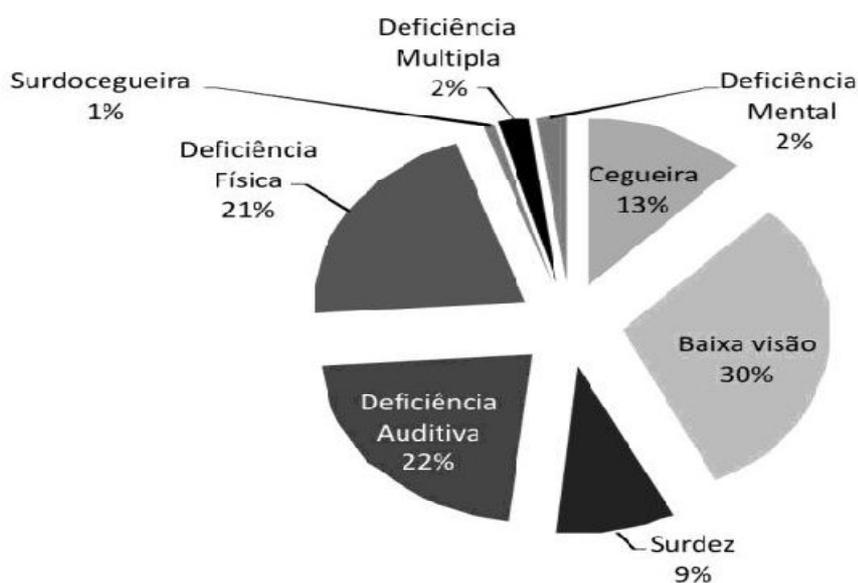


Gráfico 1 – Distribuição do Tipo de Deficiência dos Alunos Portadores de Deficiência na Educação Superior – Brasil – 2009

Fonte: INEP/MEC Censo da Educação Superior de 2009²

Verifica-se que houve um percentual significativo de pessoas com deficiências matriculadas na educação. Vale ressaltar que o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

² Disponível em : http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm. Acessado em 01/04/11

pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Esse Decreto possibilita o fortalecimento das IES, com vista ao atendimento dos alunos com deficiência, na educação superior.

O Programa INCLUIR cumpre o disposto nos Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, os quais estabelecem que instituições possam concorrer com um projeto de aquisição de material, reformas no espaço físico ou programas de acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação superior. O Ministério da Educação garante recursos financeiros para tais IES desenvolverem projetos a fim de possibilitar a inclusão desses alunos.

Observa-se nos dados do Censo da Educação Superior (2009), que os alunos da graduação presencial das IES públicas ingressaram em sua maioria por meio de processo seletivo, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e por meio de programa de reserva de vagas. Dentre esses programas o destaque se refere aos alunos “procedentes de ensino público” (69%), seguido do relacionado com identidade “étnica”, com 25%:

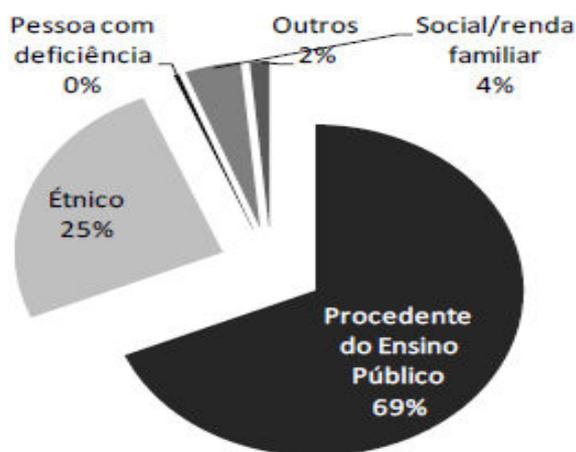


Gráfico 2 – Distribuição do Tipo de Reserva de Vagas – Ingressos por Processo Seletivo das IES Públicas – Graduação Presencial – Brasil – 2009

Fonte: INEP/MEC Censo da Educação Superior de 2009³

Conforme o Documento Final da Conferência Nacional da Educação (CONAE, 2010), pode-se afirmar que no Brasil o acesso a educação ainda é bastante restrito e não atende à demanda, principalmente na faixa etária de 18 a 24 anos, pois apenas 12,1% dessa população encontra-se matriculada em algum curso de graduação (INEP, 2007).

³ Disponível em : http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm. Acessado em 01/04/11

Além disso, 74,1% das matrículas estão no setor privado, enquanto apenas 25,9% estão em IES públicas; cerca de 68% das matrículas do setor privado são registradas no turno noturno, enquanto o setor público apresenta um percentual de 36%. (CONAE, 2010). Dessa forma, o Programa INCLUIR possibilita aos alunos deficientes o acesso à educação superior com mais recursos didáticos, arquitetônicos,

Conforme Souza (2010), o Programa INCLUIR não só se revela como representativo do acesso e permanência de sujeitos com deficiência à educação superior pública, como é a única iniciativa governamental estruturada voltada a esse público.

Considerações Finais

Observa-se que o acesso de alunos às universidades vêm acontecendo também, por meio de programas de governo que visam outras formas de ingresso, tais como Programa Universidade para Todos (PROUNI), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), destacando-se entre estes o Programa INCLUIR, que por sua vez assegura a execução de projetos de acessibilidade, favorecendo o acesso e permanência aos alunos com deficiência.

De acordo com os dados analisados é possível identificar que as universidades públicas de Mato Grosso do Sul, desenvolvem o Programa INCLUIR com objetivo de favorecer o acesso e a permanência de acadêmicos com deficiência na educação superior. Mas a pesquisa requer maior aprofundamento a fim de análise mais conclusiva.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Senado Federal.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2009. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm). Acesso em 15/03/11.

_____. Documento subsidiário à política de inclusão. Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/docsubsidiariopoliticadeinclusao.txt>. Acesso em 10/10/2010.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação, Brasília/DF, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 10/10/2010.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 13 de dezembro de 2004, Brasília/DF. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Programa INCLUIR. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article. Acesso em: 01/04/2010.

CONAE. Conferência Nacional da Educação. **CONAE 2010**: Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação. Dezembro, 2008. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/>. Acesso em 02/03/11.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 2. Programa Incluir. N. 93, seção 3, p. 39-40, 17 de maio de 2005. Disponível em < <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=17/05/2005>> Acesso: em 15 out 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 8. Programa Incluir. N. 126, seção 3, p.30-31, 4 de julho de 2006. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=30&data=04/07/2006> Acesso: em 10 fev 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 3. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 108, seção 3, p.31-32, 6 de junho de 2007. Disponível em , <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=31&data=06/06/2007>> Acesso: em 15 out 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. n. 84, seção 3, p. 39-40, 5 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=05/05/2008> Acesso: em 15 out 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 5. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 146, seção 3, p. 51-52, 3 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=51&data=03/08/2009>. Acesso: em 15 out 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 8. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 128, seção 3, p. 52-53, 7 de julho de 2010. Disponível em:
<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=42&data=07/07/2010>. Acesso: em 15 out 2010.

SOUZA, Bianca Costa Silva. Programa INCLUIR: uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil (2005 – 2009). (Dissertação de Mestrado), UFSC Florianópolis, 2010.